

df



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.
Entidade Proprietária

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
Ano 2017

ENTRADA Nº 2312
PROC AD. Nº 7351/18
DATA: 03/04/2018

Vereador A. Fernando Fernandes
 Vereadora Ana Medeiros
 Vereadora Rosa Pinto
 Vereador Joel Costa
 GAP
 DSPPMPC

DUOA
 DAF

OUTROS SERVIÇOS PEF
O PRESIDENTE *[Signature]*



Cofinanciado por:



Índice

1. INTRODUÇÃO	4
2. ATIVIDADE FORMATIVA	7
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	23
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	29
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	34
6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL	35
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37

↓

Co-financiado por:



Escola Profissional de Felgueiras

[Handwritten signature]

1. INTRODUÇÃO

A apresentação do Relatório e Contas, reportado ao ano de 2017, decorre do imperativo estatutário e materializa-se no presente documento nos procedimentos de *accountability* que são devidos a uma instituição de ensino e empresa municipal.

Sintetizamos os resultados alcançados nos domínios operacionais e estratégicos da Escola Profissional de Felgueiras ocorridos no ano civil em apreço. Serão comunicadas, aos principais *stakeholders* da instituição, as atividades, os acontecimentos e circunstâncias que ocorreram no período através do presente relato de índole financeiro e não financeiro. A análise dos documentos que se apresentam, permite comparar as ações previstas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano e o efetivamente concretizado no mesmo horizonte temporal.

A empresa municipal, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., entidade proprietária da Escola Profissional, rege-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e pelas demais legislações aplicadas à atividade empresarial local e de participações locais. A informação de ordem económico financeira apresentada neste relato financeiro visa o cumprimento do disposto a alínea f) do art. 42 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e, ainda, o cumprimento dado pelas alterações contidas na Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, por forma a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução económico-financeira institucional.

Ao nível do contexto nacional, o ensino profissional viu reforçada, por parte do Ministério da Educação, a aposta nas vias qualificantes acenando-se com o reforço nas ofertas de cursos profissionais, traduzindo esse num pequeno incremento que beneficiou, essencialmente, as escolas públicas.

Na análise reportada pela ANESPO¹ sobre o contexto das Escolas Profissionais, ao nível nacional e com financiamento do Fundo Social Europeu (FSE), através dos programas operacionais do Portugal 2020, estas passaram por extremas dificuldades financeiras e de tesouraria tendo sido verificado, quase na totalidade das escolas, atrasos nos reembolsos e adiantamentos, o que promoveu um crescente endividamento das escolas e das suas entidades proprietárias, em valores muito consideráveis. É, contudo, reconhecido por parte do Ministério da Educação, a atuação das Escolas Profissionais como exemplo de boas práticas na qualificação inicial de jovens, não obstante o desvio nesse acompanhamento por parte das entidades financiadoras que tutelam os programas operacionais do capital humano.

Ao nível local o concelho de Felgueiras é um exemplo ímpar de desenvolvimento regional, pela notável e invulgar capacidade empreendedora e dinamismo do seu povo – a que não é alheia a expressiva juventude deste capital humano - com dinâmicas de empregabilidade e de crescimento económico que fazem dele, um dos municípios com maior nível de desenvolvimento do norte do país. Contudo, e apesar deste dinamismo, os dados relativos à qualificação dos seus recursos humanos mantêm-se menos auspiciosos: se as taxas de analfabetismo estão abaixo da média da região do Tâmega e do país (8,5%), já, no entanto, quando se consideram os níveis de instrução da população residente,

¹ Associação Nacional de Escolas Profissionais

constata-se que são baixos, tanto escolares como profissionais – fragilidade inerente a toda a NUT III – sendo que esta situação se revela particularmente grave na população feminina.

Também no que respeita à população ativa e relativamente ao emprego, um dos traços mais marcantes do concelho é a baixa qualificação escolar da população ativa a trabalhar nas empresas do concelho. É nesta particularidade que a Escola Profissional tem a sua essência e participação à comunidade já que tem as ferramentas pedagógicas e profissionais que permite dotar o concelho e essencialmente os jovens de uma maior e mais qualificada formação.

Independentemente das condicionantes financeiras e operacionais, a EPF tem sido administrada de acordo com os princípios da qualidade e boas práticas de gestão, com máxima contenção da despesa, colocando sempre em primeiro lugar o cumprimento da atividade pedagógica nas suas diversas vertentes.

O ano de 2017 foi marcado por alterações substanciais que afetaram o normal funcionamento da Escola no que respeita às tipologias de financiamento, nomeadamente a alteração do modelo de Comparticipação Pública Nacional (CPN) que deixou de ser garantida e paga pelo Orçamento da Segurança Social (OSS) e, por outro lado, uma alteração à dinâmica operacional da atividade letiva que viu realizada uma alteração às instalações da escola.

AP
E
20

2. ATIVIDADE FORMATIVA

2.1 Caracterização

No que respeita ao trabalho desenvolvido pela Escola Profissional de Felgueiras, no ano de 2017, nas suas competências de ensino de jovens e na de formação de adultos, esta teve em consideração as bases educativas necessárias para acompanhar as exigências do mercado num exercício profissional qualificado, nas diversas áreas de educação e formação, concretamente nas suas áreas *core* como a da gestão, da eletrónica, da multimédia e do desenho de calçado. Aliado a essas bases, também as experiências profissionais de carácter sistemático que os estágios e a formação em contexto de trabalho (FCT) conferem e que têm acompanhado os currículos dos cursos que conferem aos alunos um maior enriquecimento nas aprendizagens.

O Corpo Diretivo da Escola continuou a apostar na manutenção dos altos padrões de qualidade e exigência na execução das atividades de ensino-aprendizagem, para as quais concorreram todas as apostas em termos de equipamentos e de reforço de recursos humanos das áreas técnicas. As ferramentas informáticas que se encontram em plena utilização por parte dos serviços administrativos e pedagógicos contribuíram em larga medida para a simplificação e melhoria do processo de suporte à atividade letiva, permitindo entre outras, uma otimização na gestão da carga horária e no acompanhamento atualizado do desempenho de alunos e professores, sendo também um fator de enorme importância no prosseguimento dos trabalhos com vista à implementação final do Sistema de Gestão da Qualidade.

A vertente pedagógica, que é alicerçada no quadro financiado pelos novos programas operacionais do ciclo dos fundos estruturais do triénio 2016/2019, identificado como

“Portugal 2020” nos eixos do Programa Operacional do Capital Humano (POCH), desenvolveu as atividades letivas dentro dos padrões e procedimentos normais, apesar do modelo de financiamento ter alterado, e pautou-se pela manutenção dos níveis de qualidade e exigência que caracterizam a Escola. Para lá do cumprimento dos conteúdos programáticos de cada curso, a Escola levou a cabo um conjunto de atividades e projetos que contribuíram para a consolidação do sucesso do projeto educativo, com projetos complementares à atividade letiva que contribuíram para a consolidação do sucesso do projeto educativo.

2.2 Referencial de Qualificação ISO/EQAVET e SGQ

No quadro de referenciação do sistema de gestão da qualidade, cabe aqui fazer referência especial ao trabalho desenvolvido pela responsável na Escola da área da Qualidade, a Dra. Paula Barros, a qual, em consonância com a Direção Executiva e Pedagógica, se envolveu na elaboração das matrizes de correlação ISO 21001-EQAVET-ISO 21001 que foram aprovadas, em primeiro lugar, em termos nacionais pela ANQEP² e por unanimidade na 10.^a reunião do ISO/PC288/WG1, pelo que irão integrar a norma ISO 21001. Este é um fator importante de reconhecimento nacional por parte dos órgãos máximos responsáveis pela formação e de reconhecimento internacional como contributo inigualável para o normativo internacional em matéria de certificação de qualidade de formação. Este contributo só foi possível pela excelência técnica e sólida especialização que detêm a docente e responsável da área da qualidade, a quem estamos grato pelos trabalho desenvolvido.

² Agência Nacional para Qualificação e Ensino Profissional

Considerando que a atividade formativa da Escola se tem centrado na formação de âmbito científica, tecnológica/profissional e prática, com vista à inserção socioprofissional dos alunos ou ao prosseguimento dos seus estudos, há que referir a importância dos normativos no âmbito de aplicação dos projetos que a Escola, concretamente nos Centros Qualifica através do Sistema Europeu de Créditos (EQVET) e na atividade de formação profissional do Sistema de Garantia da Qualidade (EQAVET).

Durante o ano de 2017 foram realizadas as ações de preparação, e elaborado o referencial estratégico e os procedimentos necessários para que a implementação final do sistema de gestão da qualidade, para o qual a Escola criará condições para ver realizada a sua certificação durante o ano de 2018.

2.3 Candidaturas para ano letivo 2017/2018

No presente período foram avaliadas as pré-inscrições existentes e feita a análise das prioridades de áreas de formação elencadas pela ANQEP de modo a apresentarmos uma candidatura que tivesse o potencial de aprovação pedagógica e financeira pelos serviços competentes. Simultaneamente, participou-se nas reuniões de preparação da distribuição da oferta formativa ao nível da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

De forma surpreendente, e contra aquilo que até aqui a DGEstE³ havia determinado, foram alocados mais três cursos ao nível concelhio, a duas escolas até aqui sem oferta profissionalizante. Tal facto, colocou um peso ainda mais significativo nas escolhas a serem feitas, pois se as mesmas não fossem ao encontro das aspirações dos potenciais candidatos, correr-se-ia o risco de as turmas não serem preenchidas. Feitas todas estas

³ Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

ponderações, e partindo do número de alunos inscritos, foram efetuadas as candidaturas para funcionamento do triénio 2017/2020 apresentadas no quadro1.

Quadro 1 - Áreas de Formação por Tipologia

4 Ações da Tipologia 1.6 – Cursos Profissionais (POCH)	Nº Turma 2017/2020
Desenho de Calçado e Marroquinaria	1
Eletrónica, Automação e Computadores	1
Gestão	1
Multimédia	1
1 Ação da Tipologia 1.3 – Cursos Educação Formação (POCH)	Nº Turma 2017/2019
Assistente Administrativo	1

No capítulo da formação de adultos, estava já programada igualmente a candidatura ao Eixo Prioritário 3, na Tipologia de Intervenção da Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente a 3.3. com um Curso de Educação Formação de Adultos (EFA), numa das áreas-chave da escola – a modelação de calçado. As ações de divulgação e parceria realizadas contribuíram para que, mais uma vez, a procura dos cursos nas inscrições realizadas tenha superado largamente o número da oferta dos mesmos, dando assim à Escola um indicador de muito elevado da procura e interesse dos cursos ministrados por parte dos jovens.

Áreas e Tipologias de Formação

Neste intervalo de tempo, desenvolveu-se a formação profissional relativa ao Eixo 1 do POCH, com 12 ações da Tipologia 1.6 – Cursos Profissionais, 1 ação da Tipologia 1.3 – Cursos Educação Formação (POCH) e finalizou-se 1 ação de Vocacional Secundário, nas áreas de formação que se apresentam.

Quadro 2 - Distribuição dos Cursos pelas Áreas de Formação

Cursos Profissionais	Turmas 1º ano	Turmas 2º ano	Turmas 3º ano
Desenho de Calçado e Marroquinaria	1	1	1
Eletrónica, Automação e Computadores	1	1	1
Gestão	1	1	1
Multimédia (Jan/Agosto e Set/Dez)	1	1	1
Instalações Elétricas (Jan/Agosto)	---	---	1
Vocacional Secundário	Turmas 1º ano	Turmas 2º ano	n.a
Manutenção de Máquinas de Calçado (Jan/Agosto)	---	1	
Cursos Educação Formação	Turmas 1º ano	Turmas 2º ano	n.a
Assistente Administrativo (Set/Dez)	1	---	

Estas atividades tiveram, durante o ano, como intervenientes um total de 339 alunos numa média de superior a 20 mil horas de formação/turma por ano letivo.

A metodologia de ensino e aprendizagem fortemente alicerçada em trabalho de projeto primou pelo bom nível de execução inserido no Plano Anual de Atividades (Qualificação Inicial) – documento basilar na organização da atividade escolar, tendo sido

feita mais uma vez uma aposta em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição que permitiram à comunidade escolar ser reconhecida em certames nacionais e internacionais.

2.4 Certificação na Educação

Foram certificados neste período com o nível secundário da educação 105 alunos, distribuídos em termos de Diploma de Qualificação Profissional de nível IV da seguinte forma: 28 alunos diplomados como técnicos de Gestão; 26 alunos diplomados como técnicos de Desenho de Calçado e Marroquinaria; 20 alunos como técnicos de Eletrónica, Automação e Computadores; 18 alunos como técnicos de Instalações Elétricas. Da turma de Vocacional Secundário terminaram a sua formação letiva 13 alunos no final de julho, tendo realizado o Estágio Formativo até ao final do mês de dezembro.

Neste período decorreu o período de formação em contexto de trabalho (FCT) para as turmas do 3º ano, com a duração de 380 horas, e para o qual foram estabelecidos protocolos com 102 empresas maioritariamente, mas não exclusivamente, do concelho. Os resultados dos inquéritos efetuados no seguimento desta atividade, para monitorização da atividade, mostram de forma cabal a plena integração que os nossos formandos exibem nesta tarefa e a qualidade da formação recebida que lhes permite enfrentar a situação prática de trabalho com uma postura de responsabilidade e com um manancial de aptidões técnicas que correspondem às expectativas das empresas e instituições.

2.5 Principais Atividades do Plano Anual

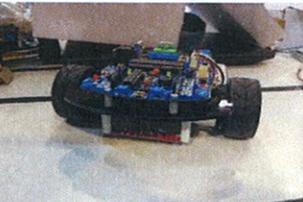
Atividade letiva

Para além da atividade curricular normal calendarizada, deu-se continuidade ao desenvolvimento de atividades diversas, colocando o interesse dos alunos em primeiro lugar, através da criação de oportunidades de carácter de prática simulada ou em contexto real de trabalho, sessões formativas, seminários, palestras. Estas atividades proporcionam ocasiões de desenvolvimento pessoal, das competências-chave e transversais para o empreendedorismo, dos conhecimentos científicos e técnicos, que os capacitam para o bom desempenho profissional e para a manutenção de uma cidadania ativa e empenhada.

Por outro lado, o programa de atividades coloca também a Escola em permanente contacto com a comunidade envolvente, participando nas atividades que as diversas entidades levam a cabo e organizando outras que capitalizam os recursos quer internos, quer externos. Entre outras atividades, destacamos no quadro 3 apresentado, as principais pela significância dos resultados e prémios atribuídos como reconhecimento e mérito.

Quadro 3 – Atividades e Méritos

- Atividades Pedagógicas e Prémios



- Participação na 11ª Edição da **Roboparty**, na Universidade do Minho, com a participação dos alunos do curso de Eletrónica, Automação e Computadores.

- Participação no concurso **Ilídio Pinho** – 2017;

- Participação na **Young Business Talent** – Competição Nacional: projetos transdisciplinares das turmas de Eletrónica, Automação e Computadores e de Gestão.

- Participação na 10ª **Mostra Nacional de Ciência** / 24º Concurso de Jovens Cientistas: projetos levados a cabo pelos formandos de Eletrónica, Automação e Computadores e Instalações Elétricas.



- Organização das **Jornadas Técnicas de Gestão e Calçado** – 2017, na Casa das Artes, com a participação do Joaquim Moreira da J. Moreira, S.A – Fábrica de Calçado Felmini;



da Vera Pinto do Centro Tecnológico do Calçado; e Olivier Taco da Iguaneye Shoes; e Cátia Pacheco da Nobrand;

- Sessões formativas em diversas entidades no **Centro das Indústrias do Couro**; na **Inducol** – Indústria de Peleteria Cruz Costa, SA; **Quinta da Lixa**; **Monverde Hotel**; **ISI soles**; **Gráfica da Lixa**; **MediaLab** do Jornal de Notícias.

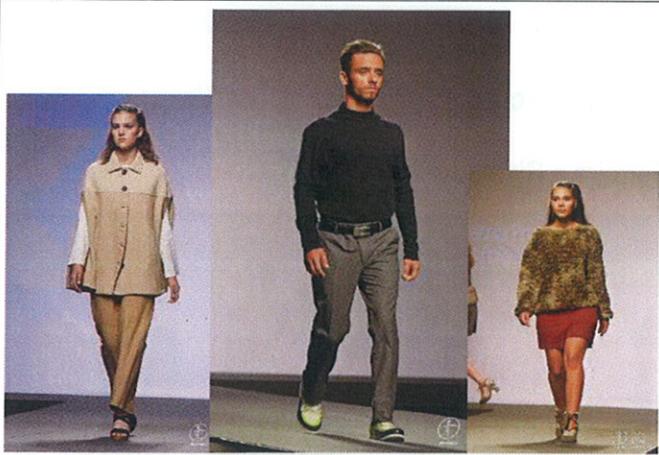
- Participação no Programa **Escola Segura**.

- Participação na **I Mostra Formativa** do Concelho de Felgueiras – com a participação de ex-alunos da escola que deram o seu testemunho da sua experiência na EPF.



Al. C.
80

fb



- Coorganização da Mostra de Calçado – **DESCALÇO 17** – com a presença de um quadro onde desfilam os projetos dos alunos do curso de Desenho de Calçado e Marroquinaria.



- Colaboração com a empresa de curtumes da Turquia – Eşlerzadeler, na elaboração de protótipos de calçado realizados com os seus curtumes – Apresentados na **FUTURMODA 2017**

em Madrid; Os trabalhos dos **alunos** foram **premiados** pela organização.

- Participação na 19ª edição dos “**Jogos da Matemática**”, organizada e dinamizada pela Escola Profissional de Aveiro e que decorreu na Unidade Tecnológica da EPA em Sever do Vouga tendo sido **premiados com o 2º lugar** os alunos Ângelo Mendes, Hugo Leite, João Macedo, Jorge Lemos, José Cunha e Manuel Nunes da turma de EAC 2º ano.

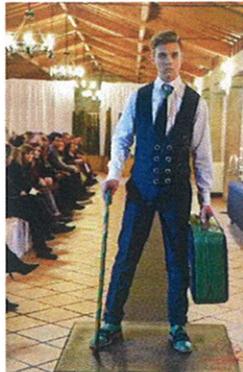


Participação como **finalista** com o vídeo

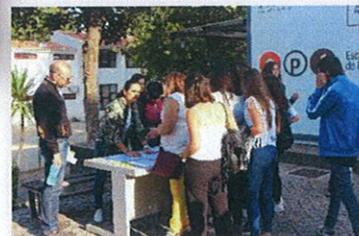
"*Environmentalists*" na 7ª edição da **Gala International Bgreen – Ecological Film Festival**, projeto realizado pelos alunos do 1º ano do Curso Técnico de Multimédia (Rui Monteiro, Francisco Marinho, Eduardo Silva e Bruno Costa).

Al.
e
35

- Participação no VII Concurso Internacional de Acessórios de Moda - Namorar Portugal onde o primeiro lugar do pódio foi conquistado pelos alunos: José Gonçalves, Rúben Silva, Tiago Lucas, Nuno Ferreira e Ricardo Ribeiro.



- Participação no Concurso internacional de criadores de moda - Namorar Portugal, onde os alunos José Gonçalves, Tiago Nunes, Ruben Silva e Nuno Ferreira foram reconhecidos com o Prémio Delta;



Para lá destas distinções, durante o ano de 2017 foram ainda marcados por um número significativo de outras atividades/iniciativas que juntaram os esforços dos alunos e professores e que integraram o projeto educativo da escola, a destacar algumas Sessões Formativas em contexto de sala de aula e Sessões de Prática Simulada.

As diversas sessões no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho, que acreditamos, reforçaram os conhecimentos adquiridos e demonstram o elevado grau de interação da Escola com a comunidade empresarial e institucional envolvente.

A Escola possui atualmente um corpo discente de 311 alunos e um corpo docente de 37 professores (19 professores a tempo integral e 18 a tempo parcial). As aulas do ano letivo 2016/2017 decorreram entre 15 de setembro de 2016 até 30 de junho de 2017, para os alunos dos 1º e 2º anos, tendo os alunos finalistas terminado o seu ciclo de estudos durante o mês de Julho de 2017, com a concretização dos seus projetos de aptidão profissional (PAP). As aulas do ano letivo 2017/2018 começaram a 15 de setembro de 2017 ocupando apenas uma parte do primeiro período letivo neste ano civil de 2017.

Os cursos em funcionamento durante o ano e conferentes de dupla certificação de Nível IV, cursos profissionais, vocacional secundário e Nível III curso educação e formação foram os seguintes:

Quadro 4 – Cursos em Funcionamento no ano 2017

CURSOS	Nº de Turmas
Curso Profissional de Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	3
Curso Profissional de Técnico de Gestão	3
Curso Profissional de Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	3
Curso Profissional de Técnico de Multimédia	2
Curso Profissional de Técnico de Eletricidade	1
Curso Vocacional Nível Secundário – Reparação de Máquinas de Calçado	1
Curso de Educação e Formação – Assistente Administrativo	1

As metas de concretização exigidas pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para os 3º anos dos cursos profissionais foram cumpridas com excelentes indicadores de realização, quando comparados com as metas médias nacionais. Como podemos verificar

no quadro 5 que apresentamos, os níveis de concretização e emprego logo após o término dos cursos são significativos.

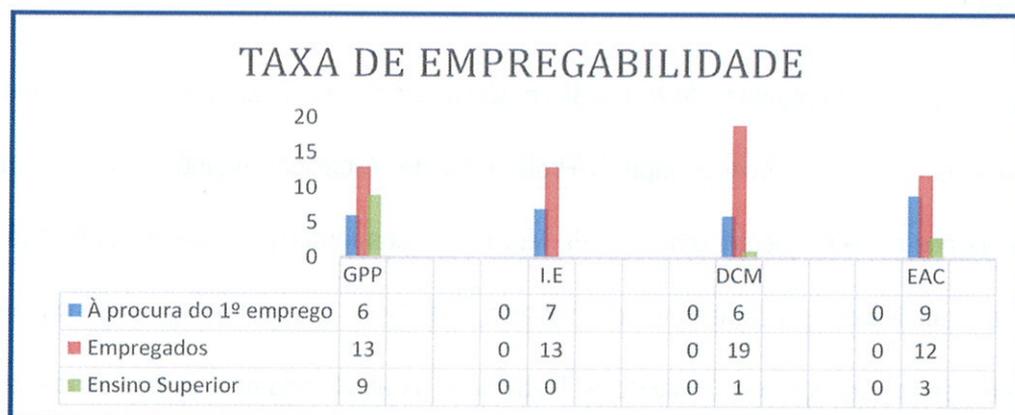
Quadro 5 – Concretização de Objetivos

CICLO 2014/2017					
CURSOS	Nº de alunos	Conclusão de Estudos	% Taxa de Conclusão	Taxa de Empregabilidade uma semana após término	Prosseg. Estudos
Técnico de Gestão/Planeamento e produção	28	28	100%	46%	21%
Técnico de Eletrónica, Automação e computadores	24	20	83%	55%	14%
Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	26	26	100%	86%	5%
Técnico de Instalações Elétricas	20	18	90%	59%	0%
Vocacional de Reparação de Máquinas	20	13	65%	100%	0%

Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA)

A estrutura da Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA) da entidade recolhe e sistematiza as propostas de estágio e de formação em contexto de trabalho junto das instituições da região, bem como das potenciais oportunidades de emprego. Este canal de comunicação privilegiado permite a utilização de informação atual e com capacidade de realização prática. Relativamente à atividade do período em análise remete-nos para o tratamento dos dados de empregabilidade de alunos que terminaram o curso em 31 julho de 2017. A Univa registou, junto dos ex-alunos, a situação face ao emprego que apresentamos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Empregabilidade / Prosseguimento de Estudos



No Curso Técnico de Gestão: 9 alunos prosseguiram os estudos (2 alunos na ESTG-P.Porto, em Ciências Empresariais e 1 aluno a frequentar o CTESP de Cibersegurança, Redes e Sistemas Informáticos; 2 na Licenciatura em Gestão na ESGVC; 3 na Licenciatura de Marketing no IPB; 1 a frequentar a Licenciatura de Gestão no IPGuarda). 13 alunos encontram-se inseridos no mercado de trabalho, sendo que 8 a realizar um estágio profissional na empresa onde realizaram a Formação em Contexto de Trabalho; 4 a trabalhar em empresas onde exercem funções ligadas à sua área de formação e 1 aluno a trabalhar a part-time.

No Curso Técnico de Instalações Elétricas: Neste curso não se registam entradas de alunos no ensino superior/prosseguimento de estudos; 13 alunos encontram-se inseridos no mercado de trabalho, sendo que 6 deles ficaram a trabalhar na empresa onde realizaram a Formação em Contexto de Trabalho, 3 encontram-se a trabalhar em empresas exercendo funções ligadas à sua área de formação, os restantes em áreas conexas.

No Curso de Desenho de Calçado e Marroquinaria: 26 alunos terminaram o curso e apenas 1 prosseguiu os estudos; 19 encontram-se inseridos no mercado de trabalho, estando 8 a trabalhar nas empresas onde realizaram a Formação em Contexto de Trabalho,

3 a trabalhar em empresas onde exercem funções ligadas à sua área de formação e áreas conexas.

No Curso de Eletrónica, Automação e Computadores: 2 alunos encontram-se a frequentar um Curso Técnico Superior Profissional de Mecânica Automóvel, no IPCA, em Guimarães e 1 a frequentar um curso de Multimédia pós-formação. Dos 12 alunos que se encontram inseridos no mercado de trabalho, 3 ficaram a trabalhar na empresa onde realizaram a Formação em Contexto de Trabalho, 1 a trabalhar numa empresa onde exerce funções ligadas à sua área de formação, 8 a trabalhar em empresas na área da produção e áreas conexas. Dos 9 alunos à procura do 1º emprego, 4 não terminaram o curso encontrando-se a fazer formação noutras áreas através do centro de emprego.

No mesmo período chegaram à unidade de apoio Univa 16 ofertas de emprego, maioritariamente da área de gestão, foram contactadas os ex-alunos que, em contactos anteriores, tinham demonstrado vontade em mudar de emprego e aqueles que ainda não tinham encontrado colocação, para se solucionar a situação de emprego sempre de acordo com as competências e apetências pessoais.

Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)

Importante também referir a atividade da Unidade do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) a qual presta uma missão de apoio à atividade letiva, rastreando os casos mais problemáticos a nível de aprendizagem e de fragilidade social e atuando em concertação com elementos internos, como é o caso dos Diretores de Turma, ou externos, como é o caso da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI). A escola procura assim reforçar o seu pendor inclusivo, recebendo e apoiando formandos que vêm, não em raros casos, em situação de pré-



exclusão do sistema de ensino. A este nível é pertinente referir, por exemplo, a aplicação do programa “Eu e os Outros” - uma atividade de prevenção universal dos problemas ligados ao consumo de substâncias psicoativas, na qual as substâncias são abordadas de uma forma integrada com outras temáticas ligadas ao dia-a-dia dos adolescentes e que é coordenado nacionalmente pelo SICAD com o apoio/parceria regional das Administrações Regionais de Saúde. Outra valência central do SPO é o encaminhamento vocacional dos formandos findo o ciclo formativo. Para cumprir tal função, são dinamizadas diversas sessões de esclarecimento relativamente às opções de futuros que se abrem, quer em termos de prosseguimento de estudos, quer no ingresso no mercado de trabalho.

CENTRO QUALIFICA

Relativamente à atividade do Centro Qualifica (estrutura orgânica que veio, por força da lei, substituir o Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional – CQEP - e está registada no Despacho nº1971/2017, de 8 de março), há a referir a envolvimento desta estrutura no tecido social e empresarial do concelho com o objetivo de potenciar a melhoria das qualificações da população adulta desta área geográfica. As atividades do Centro Qualifica tiveram um foco diferente durante este ano que se centrou nos tópicos:

- Organização de sessões de esclarecimento, por freguesia, junto do público desempregado (colaboração IEFP);
- Trabalho com a comunidade imigrante local, nomeadamente na articulação com diferentes entidades de modo a responder às necessidades específicas de formação desta população;
- Divulgação da estrutura com distribuição de brochuras informativas, *mailing lists*;
- Manutenção das ações de RVCC entretanto iniciadas, bem como o início de novas ações, com especial ênfase no processo de reconhecimento profissional;
- Manutenção das ações de inscrição e encaminhamento.

A equipa adstrita a esta valência trabalha quer nas instalações da EPF, quer em regime de itinerância, havendo lugar a formação nas Sedes das Juntas de Freguesia com as quais existe protocolo, nomeadamente nas freguesias de Airães, Unhão e Sousa. Por outro lado, a equipa do Centro Qualifica fez sessões de esclarecimento junto da população inscrita no Instituto de Emprego e Formação Profissional e dos colaboradores da Câmara Municipal de Felgueiras, tendo alcançado um público superior a uma centena de elementos. Estivemos em itinerância na União de Freguesias de Torrados e Sousa; na União das freguesias de Unhão e Lordelo; Airães. Os adultos envolvidos nestas ações terminaram o processo RVCC nas juntas e fizeram a formação complementar nas nossas instalações, seguindo as orientações dos Centros Qualifica. Foram realizadas sessões de esclarecimento nas freguesias de Friande e Pedreira (em resultado da ação de divulgação realizada no centro de emprego); na Câmara municipal de Felgueiras e no Centro de emprego de Felgueiras.

Em Idães, realizou-se, ainda, diagnóstico/encaminhamento a uma comunidade de imigrantes, tendo sido encaminhados, para frequentar a ação formação “Português para Todos”, 24 adultos. A Ação realizou-se na Junta de Freguesia de Idães, ministrado pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Vila Real, com início no dia 20 de março de 2017. Esta capacidade de levar mais próximo das populações as oportunidades de formação, fez com que, até ao final de julho, estivessem inscritos no Centro Qualifica 231 adultos e no final do ano 407, que foram encaminhados para formação em unidades de curta duração, EFA⁴ ou para processos de Reconhecimento e Validação de Competências. Neste capítulo decorreram dezenas de processos deste tipo com a data de validação pelo Júri marcada, querendo isto dizer que se encontravam no final do ciclo de formação para

⁴ Educação Formação de Adultos

obtenção quer da certificação do 9º ano, quer de 12º ano. O trabalho de divulgação entretanto efetuado permitiu assegurar que o Centro Qualifica atingiu, até ao final do ano de 2017, os seus objetivos no que ao número de inscritos diz respeito, ao passo que em termos de encaminhamento e reconhecimento, tais números dependerão, no primeiro caso, da oferta local no tocante à formação, e no segundo, do ritmo de trabalho de cada adulto, uma vez que este último processo se apoia no progresso individual dos candidatos. Em suma os resultados alcançados de forma muito positiva podem ser validados pelo quadro resumo das metas físicas e resultados alcançados que apresentamos e que se enquadram nos limites que foram contratualizados ao nível da candidatura e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 6 - Resumo das Metas Físicas Contratualizadas e Resultados Alcançados

(JANEIRO – DEZEMBRO / 2017)

	Metas Físicas	Resultados Alcançados				
		Nível Básico	Nível Secundário	Profissional	Total	% Taxa de Execução
INSCRITOS	400	145	70	192	407	102%
ENCAMINHADOS	360	72	44	139	255	71%
ENCAMINHADOS PARA PROCESSO RVCC	216	27	36	12	75	35%
CERTIFICADOS	86	15	17	0	32	37%

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Nesta secção é apresentada a Execução dos Rendimentos e Gastos tendo como metodologia de realização e apresentação os orçamentos previsionais e a exploração de

rendimentos e gastos, que se aduzem em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O planeamento e execução das atividades que comportam o plano de atividades apresentado será um guia condutor das medidas de controlo de gestão que foram realizadas sempre com a premissa de otimização das receitas e contenção de gastos. O cumprimento do orçamento é apresentado em complemento com os resultados de exploração, com a taxa de execução e a análise de desvios de cada rúbrica tendo em conta o enquadramento legal e político que a empresa municipal encerra.

Não obstante o esforço realizado na concretização do orçamento, não foi possível no âmbito do rendimento a sua concretização com a razoabilidade exigida no cumprimento orçamental do ano de 2017. As dificuldades financeiras, sentidas ao nível das participações do POCH foram acompanhadas por alterações legais que dificultaram o normal cumprimento da execução ao nível quer da formação do ensino profissional quer nas restantes formações da Escola.

Ao nível nacional sentiram-se as restrições em termos de contenção orçamental e de financiamento do ensino profissional, e essa instabilidade no cumprimento em tempo útil e de modo tempestivo das contrapartidas dos fundos comunitários (FSE) e da participação pública nacional (CPN) foi marcado por uma grande incerteza ao longo do período letivo.

Esses obstáculos foram sempre reportados junto da entidade gestora dos programas operacionais, concretamente juntos dos serviços de apoio técnico e órgãos diretivos. A registar adicionalmente a instabilidade do programa, a sua mutação constante e a permuta dos técnicos adstritos às nossas candidaturas dificultaram ainda mais os procedimentos.

Al.

[Handwritten signature]

O financiamento dos projetos da Escola Profissional tem sido garantido ao longo dos anos com a comparticipação do FSE em 85% e a comparticipação pública nacional CPN em 15%, em consonância com o estabelecido no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de Setembro, que versa sobre o modelo de governação dos fundos europeus e, ainda, o Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, sobre a utilização dos fundos comunitários no período 2007-2013 e a Portaria 60-C/2015, de 2 de Março. As Escolas Profissionais que tinham participações municipais estavam enquadradas num regime de exceção, que garantia a comparticipação pública nacional de 15% dos projetos através do Orçamento da Segurança Social, dado pelo Despacho nº 21257/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Contudo, nas candidaturas dos cursos que foram realizadas para o triénio 2016/2019 o referido despacho deixou de ter aplicabilidade por parte do POCH e, conseqüentemente, os adiantamentos financeiros e os reembolsos intermédios efetuados já no final deste ano de 2017, não contemplaram a comparticipação pública nacional, remetendo a justificação de suporte dessa comparticipação pública nacional de 15%, de todos os projetos para as entidades proprietárias, já que integradas no setor público empresarial terão as entidades de suportar, por si só, essa mesma comparticipação.

Foram realizadas reuniões da parte da gestão da empresa municipal e do próprio Município, com o Ministério do Educação, concretamente com o Senhor Secretário de Estado da Educação no sentido da possibilidade de alteração da lei ou eventualmente um despacho de exceção dada a importância destas escolas no sistema económico, mantendo-se até à data a mesma situação.

Não tendo sido possível assegurar a comparticipação total (85%+15%) e atempada no exercício económico de 2017, as suas rubricas foram afetadas no não cumprimento total do

rendimento face ao que tinha sido apresentado em orçamento no correspondente, pelo menos, ao valor da comparticipação pública nacional (15%).

Para o ano de 2017 a execução de rendimento foi assegurada pela cobertura financeira dos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, materializada pela aprovação das candidaturas financeiras que foram realizadas ao POCH/FSE nas diversas tipologias 1.6 – Cursos Profissionais de nível IV, Tipologia 1.1 – Cursos Vocacionais Secundário, e pelo CQ - Centro Qualifica e Tipologia 1.3– Cursos Educação Formação e uma candidatura para cursos modulares que não foi aprovada não tendo, por isso sido executada.

No quadro 7 poderemos analisar as rubricas do rendimento em termos de valores orçamentados e de valores executados, taxas e respetivos desvios.

QUADRO 7 - EXECUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Descrição	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2017			Resultado Exploração Anual	Taxa Execução Anual	Desvios	
	Rendimentos Previsionais					em Valor	em %
	JAN-AGOST	SET-DEZ	TOTAL em Euros				
Total de Rendimento	1 128 580,00 €	372 827,00 €	1 497 637,00 €	1 274 972,41 €	85,13%	- 222 664,59 €	-14,9%
Subsídios à Exploração	1 121 040,00 €	369 057,00 €	1 486 327,00 €	1 257 455,12 €	84,60%	- 228 871,88 €	-15,4%
POCH - Cursos Profissionais	1 009 395,00 €	336 465,00 €	1 345 860,00 €	1 135 291,13€	84%	- 210 568,87 €	-15,7%
POCH - Cursos Vocacionais	53 000,00 €	- €	53 000,00 €	55 726,60 €	105%	2 726,60 €	5,1%
POCH – Centro Qualifica	32 000,00 €	15 500,00 €	47 500,00 €	48 580,69 €	102%	1 080,69 €	2,3%
POCH- Cursos Modulares	26 645,00 €	13 322,00 €	39 967,00 €	-	0%	- 39 967,00 €	-100,00%
POCH- Cursos Educ. e Formação	-	-	-	17 856,70 €	-	17 856,70 €	-
Outros Rendimentos e Ganhos	7 540,00 €	3 770,00 €	11 310,00 €	17.517,29€	154%	6 207,29 €	54,8%
Rendimentos Suplementares e Ganhos	7 540,00 €	3 770,00 €	11 310,00 €	17.517,29€	154%	6 207,29 €	54,8%

Ao nível dos Rendimentos a rúbrica com maior contributo é a de Subsídios à Exploração, estando a sua execução maioritariamente centrada nos Cursos Profissionais. As execuções dos subsídios refletem o não reconhecimento com rédito da parte não comparticipada dos 15% de CPN. Em termos de execução é claro o comportamento do valor de exploração que ficou aquém do orçamentado na mesma razão dos 15%.

O curso de educação e formação não tinha sido contemplado no orçamento do ano anterior, contudo foi concretizada a sua candidatura financeira no final do ano, por isso só remetemos a sua execução nos meses de setembro a dezembro. A rubrica dos cursos modulares não foi concretizada dado não ter sido possível a aprovação financeira da candidatura apesar da classificação de mérito em que foi enquadrada. As aprovações financeiras foram apenas para empresas privadas de formação. Esse problema estendeu-se a todas as escolas de ensino profissional, tendo sido contempladas com financiamento a nível nacional apenas duas, segundo a entidades gestora, por não terem outros projetos com valência de ensino profissional.

No que concerne à rubrica Outros Rendimentos Suplementares esta superou largamente o valor orçamentado para o ano já que contemplou valores de rendimentos que não tinham sido previstos, tal como prémios monetários ganhos na participação dos concursos nacionais e internacionais, uma maior realização de receitas privadas e do bar da Escola.

O cumprimento do orçamento dos gastos teve por base a coerência e gestão rigorosa dos gastos estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos, como sejam remunerações e encargos com pessoal interno, honorários e trabalhos especializados, assistência técnica, deslocações e transportes e alimentação dos formandos, serviços de comunicações, matérias pedagógicas e de escritório, despesas gerais de funcionamento, juros e outros.

QUADRO 8 - EXECUÇÃO DOS GASTOS

Descrição	Orçamento de Exploração 2017			Resultado Exploração 2017	Taxa de Execução Ano	Desvios Anual	
	Gastos Previsionais						
	Jan-Agosto	Set-Dez	Total			Em Valor	Em %
CMVMC	5 364,00 €	3 682,00 €	9 046,00 €	9.096,89€	100%	50,89 €	0%
Fornecimento e Serviços Externos	407 440,00 €	231 535,00 €	638 975,00 €	561.287,54€	87%	-77 687,46 €	-12%
Gastos com Pessoal	543 371,00 €	271 779,00 €	815 150,00 €	776.711,71€	95%	-38 438,29 €	-5%
Gastos de depreciação e Amortização	8 870,00 €	4 390,00 €	13 260,00 €	20.074,83€	151%	6 814,83 €	51%
Outros Gastos e Perdas	1 800,00 €	565,00 €	2 365,00 €	5.398,12€	228%	3 033,12 €	128%
Gastos e Perdas de Financiamento	1 160,00 €	580,00 €	1 740,00 €	4.629,66€	266%	2 889,66 €	166%

Numa perspetiva de económica e financeira apresentamos os valores de despesa total dos diversos projetos de formação realizada. Na execução de gastos há a salientar que no seguimento do aumento das receitas do bar o custo dos inventários teve um acompanhamento de correspondência situando-se em valores reais que igual em percentagem o valor orçamentado. As margens que são praticadas em termos de vendas de bens e serviços de bar são consentâneas com um serviço público e de âmbito social, razão pela qual não se verifica entre o custo da mercadoria vendida e a venda afeta ao bar uma diferença que seja considerada de concorrência.

Os fornecimentos de serviços externos tiveram uma execução de 87% tendo-se verificado um desvio positivo relativo à poupança na execução de alguns serviços, materiais e consumíveis e dos honorários.

Na rubrica de gastos com o pessoal foi garantida que a sua execução não ultrapasse o orçamentado, ficando, contudo, com uma taxa de execução situada nos 95%.

Al.

[Handwritten signature]

A aquisição das instalações para as salas pedagógicas e alguns equipamentos de formação (básicos) fizeram com que as depreciações ultrapassassem o valor orçamentado para a imputação duodecimal do seu desgaste através das depreciações.

Os outros gastos e perdas têm o seu desvio justificado no aumento de impostos indiretos incorrido, cujo valor não é passível de dedução pelo regime que a Escola possui, e pelo aumento de quotizações.

A instabilidade criada pelo atraso nos reembolsos dos fundos comunitários promoveu um recurso atípico à conta corrente de empréstimo de curto prazo o que provocou um aumento de gastos e perdas de financiamento.

Apresentamos para uma análise com maior detalhe as sub-rúbricas em termos analíticos, com subdivisão por trimestres do orçamento e a execução nos dois semestres, no final do documento a par com as restantes demonstrações financeiras deste relatório.

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Numa perspetiva de económica e financeira apresentamos os valores de despesa total dos diversos projetos de formação realizada e os respetivos reembolsos.

O Balanço e a Demonstração de Resultados terão uma análise situadas nas grandes sub-rúbricas que justificam o cumprimento da característica da comparabilidade com período análogo do ano anterior, e com maior impacto em termos operacionais.

Despesa Global Executada e Reembolsos

O ano de 2017 que comportou parte do ano letivo 2016/2017 e do ano letivo 2017/2018 e ficou marcado por alguma insegurança e instabilidade nos recebimentos das contrapartidas financeiras dos três projetos que a Escola Profissional de Felgueiras encetou para o período letivo: Cursos Profissionais; Cursos Vocacionais; e Centro Qualifica.

As três tipologias de formação remetem-nos para a dependência dos Fundos Comunitários (FSE – Fundo Social Europeu) que não tiveram a correspondência necessária entre a despesa executada do período e os reembolsos recebidos dessa despesa. Para análise deste motivo apresentamos o quadro seguinte que resume os recebimentos de todos os projetos, sendo notório que só no segundo semestre de 2017 foi possível constatar a não atribuição da comparticipação pública nacional (CPN).

Quadro 9 - Comparticipação Financeira

Período de 2017		
Data	Tipologia	Comparticipações
Recebido em	Cursos Profissionais - 2015/2016	FSE 365.100,73€
20/01/2017	(Adiantamento)	CPN (OSS) 121.700,25€
Recebido em	Cursos Profissionais - 2014/2016	FSE 269.983,64€
03/04/2017	(Saldo final)	CPN (OSS) 47.644,18€
Recebido em	Cursos Profissionais -Set/Dez 2016	FSE 148.744,74€
13/07/2017	(Reembolso intermédio)	(OSS) 0€
Recebido em	Cursos Profissionais-Jan/Abril 2017	FSE 446.234,23€
29/09/2017	(Reembolso intermédio)	(OSS) 0€
Não recebido	Cursos Vocacionais	0€
Não recebido	Centro Qualifica	0€
Não recebido	Curso de Educação e Formação	0€

Como podemos verificar do quadro 9, para uma despesa global de 1.377.198,75€ (total dos gastos anuais antes de impostos reportados na Demonstração de Resultados), foram recebidas no primeiro semestre as contrapartidas financeiras que, respeitam em grande medida aos projetos que terminaram em 2016, constando os mesmos da Demonstração de Fluxo de Caixa. Durante o ano de 2017, apenas os cursos profissionais tiveram reembolsos tendo sido, contudo, de valor manifestamente insuficiente face à despesa realizada para o funcionamento da Escola. Os restantes projetos não tiveram qualquer tipo de comparticipação durante o ano de 2017 verificando-se assim, também nestes cursos, os já habituais atrasos da comparticipação.

A. Análise das Rubricas do Balanço

Ao analisarmos o Balanço reportado a 31/12/2017, com o complemento das restantes as peças contabilísticas, podemos verificar um aumento do ativo não corrente, relativamente ao ano anterior, que se ficou a dever em grande parte à aquisição do bloco pedagógico constituído por salas climatizadas e equipadas com condições operacionais e de conforto que garantem a qualidade de lecionação e, ainda, a algum equipamento de âmbito pedagógico para os cursos de âmbito mais tecnológico.

Não obstante a realização de um processo de mudança de instalações que é sempre complexo, esta modernização de parte das instalações permitiu que os alunos ficassem em igualdade de condições de formação e trabalho prático, já que as anteriores instalações tinham alguns problemas operacionais, de espaço e de climatização.

No ativo corrente o aumento verificado deve-se, na sua maioria, aos ativos financeiros de contas a receber de terceiros numa ótica plurianual por força da alteração da

política contabilística seguida este ano e imposta pelo POCH, na referência às turmas dos projetos, e relativa aos subsídios do POCH dos cursos que ministra, que são imputados aos projetos plurianuais 2016/2019 e 2017/2020, falando, por isso, numa ótica de médio prazo.

A referir uma diminuição do capital próprio comparativamente a período homólogo, no valor de 167.160,78€ que teve a sua origem na rúbrica do Resultado Líquido do Período (102.968,47€) via diminuição de rendimentos e nos Resultados Transitados (64.192,31€), esta diminuição de capitais é justificadas por força do não reconhecimento como rédito da contrapartida de 15% da CPN dos projetos cofinanciados pelo POCH plurianuais de 2016/2019 e de 2017/2020. É contudo uma situação que será pontual dado o cumprimento da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais que impõe o reequilíbrio financeiro a ser repostos via cobertura de prejuízos.

O passivo foi marcado por um aumento, relativamente a período homólogo, em larga medida pelo aumento dos diferimentos relativos aos subsídios. Não se trata, portanto, de passivo composto apenas por dívidas líquidas de curto prazo, mas pelo registo de rendimentos a reconhecer (Fundo Social Europeu) que têm o seu registo de contrapartida numa conta de origem passiva. O aumento do passivo também refletido pelos financiamentos obtidos que sustentam a dependência e atraso no pagamento dos reembolsos do POCH, e o reflexo desse atraso também suportado nos fornecedores.

A Escola socorreu-se a uma maior utilização da conta corrente para garantir o pagamento das despesas corrente diretas, fazendo com que as dívidas de curto prazo se centrassem apenas nos fornecedores com maior capacidade de concessão de crédito, dilatando o seu prazo de médio de pagamento.



B. Análise dos Resultados, Rendimentos e Gastos

A análise do desempenho que é retirada da Demonstração de Resultados, revela indicadores do comportamento dos rendimentos e gastos. Quando comparada com período homólogo do ano anterior verificamos o registo da diminuição dos rendimentos reconhecidos neste ano, de 1.442.945,36€ para 1.257.455,12€ para projetos idênticos, por força do já referido não reconhecimento do rédito (15% da CPN) e por não ter sido compensado por outra forma de rendimento. A medida de reconhecimento do subsídio é feita na compensação direta dos custos associados e por correspondência com o peso das turmas/ano no global, o que resultou na não compensação a 100% dos gastos incorridos. O indicador de desempenho EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) apresenta, assim, um valor negativo na ordem dos 77.521,85€, na mesma linha encontra-se o resultado operacional situado em igual ordem de grandeza. O Resultado Líquido do Período é negativo em 102.968,47€, justificado pela já referida não compensação de rendimento, contudo, merece a nossa análise pois quando comparamos o valor da participação pública nacional referente a 2017, na ordem dos 221.903,85€ não ter sido considerado, seria de esperar um valor de resultado líquido do período muito mais baixo e de valor similar. Nessa linha tendo por base as condições e projetos análogos, tivemos no ano de 2016 o valor de gastos gerais na ordem de 1.465.499,53€ e no ano de 2017 os gastos situaram-se em 1.377.198,75€. Desta análise, estamos em condições de assumir que foi realizada uma poupança nos gastos muito significativa que minimizou o impacto no Resultado Líquido do Período de 2017 fruto dessa otimização de recurso e contenção de gastos. Em suma, não fosse o impacto financeiro da participação nacional e os resultados da empresa municipal para o ano de 2017 seriam manifestamente muito positivos.

Analisemos, de seguida, o pormenor das restantes rúbricas de gastos que nos merecem destaque pela sua importância e contributo para o resultado. Os Gastos com Pessoal que estão afetos diretamente à atividade e os Fornecimento e Serviços Externos dão-nos uma relação total e detalhada de todos os serviços e bens adquiridos (Honorários de trabalhos especializados, material de escritório, comunicação...etc) para o funcionamento operacional da Escola. No que respeita aos FSE estes têm o seu maior contributo no valor suportado pelas despesas afetas aos formandos como sejam transporte alimentação e bolsas de apoio. Os gastos com o pessoal diminuirão fruto da reestruturação que tem sido levada a cabo e que permitiu uma poupança considerável no resultado, mantendo-se o mesmo número de cursos. O aumento da rúbrica das depreciações e amortizações do exercício já explicado via investimentos fixos tangíveis foram realizadas por critérios de natureza fiscal aplicando as quotas constantes e o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., é uma empresa municipal, nessa consonância tem acolhimento jurídico na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Considerando os Resultados Líquidos do Período que se apresentam negativos, a gerência propõe a sua aplicação para Resultados Transitados. A gerência propõe, ainda, que tendo em vista o reequilíbrio financeiro da estrutura de capitais, pela apresentação dos resultados líquidos antes de impostos negativos, pelas as razões já explanadas no ponto 4.B deste relatório, seja cumprido o disposto no Art.º 40º nº 2 da Lei n.º 50/201231 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, para que os mesmos sejam compensados na proporção da respetiva participação dos sócios com vista ao reequilíbrio financeiro.



6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

O propósito e justificação da existência da Escola Profissional deverá pautar-se pela qualificação profissional de jovens da região por forma a capacitá-los com boas práticas na sua qualificação inicial e garantir, assim, um contributo válido para o crescimento da economia local, com a inserção de recursos humanos qualificados no mercado do trabalho. Ao longo dos anos tem sido garantido o cumprimento da missão da Escola, tendo passado sempre por reorganização e alternativas nos ajuste ao modelo de gestão, que apesar de parecer simples é complexo pela dualidade de cumprimento que tem, concretamente no que respeita aos normativos para a empresa municipal (normas de direito publico) e por outro de aplicação de normas de direito privado, como qualquer empresa inserida num mercado concorrencial.

É também o desígnio da EPF, para além do reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade e do ensino profissionalizante, continuar a ser uma referência na promoção do sucesso educativo, no combate ao abandono escolar preconizados no Portugal 2020 e um reforço na interligação entre o tecido empresarial e as necessidades do mercado de trabalho.

Para o restante período do ano 2017, com base atual modelo de financiamento de cursos de índole profissionais, vocacionais, modulares e formação através do Centro Qualifica, esperamos que a cobertura financeira para o ano letivo 2017/2018 (restante ano 2018) e do ano letivo 2018/2019 seja assegurada com as condições e a contratualização de resultados assumidos para o triénio 2016/2019 no POCH/FSE e para o triénio 2017/2020, através dos subsídios atribuídos aos cursos (a custos unitários) e do reembolso de encargos com formandos (a custos reais) e, ainda, através dos subsídios da entidade pública detentora da maioria do capital materializados num contrato-programa, mostrando assim

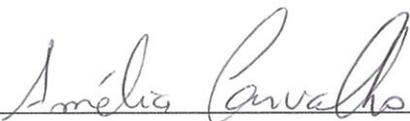
que um dos seus valiosos contributos para o concelho é a aposta no ensino profissional como indicador de valorização do setor empresarial.

Em termos de perspetiva futura importa ressaltar que à data da elaboração deste relatório foi proposto pedagogicamente o ciclo de formação do próximo ano letivo 2018/2019, em 5 novos cursos profissionais dentro das áreas em que possuímos massa crítica e temos capacidade física e humana instalada.

A gerência gostaria de formalizar um sentido agradecimento a todos os colaboradores internos e externos (docentes e não docentes), que durante o ano colaboraram com um sentido de profissionalismo ímpar. Estendemos, os nossos agradecimentos aos fornecedores de bens e serviços e demais comunidade escolar.

Este relato concretizou, para a operação do exercício de 2017, um *accountability* com a responsabilidade necessária e o garante do cumprimento do papel social e profissional que acreditamos ter junto da comunidade local.

Gerência/Direção Executiva



(Prof^a. Doutora Amélia Oliveira Carvalho)

[Handwritten mark]

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Handwritten signature]

Execução Orçamental Trimestral e Semestral (Janeiro a Junho)

Classif	Descrição	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2017			Resultado de Exploração Realizado de 01-01-2017 a 31-03-2017	Taxa Execução 1º Trimestre	Orçamento Exploração 2º Trimestre	Resultado de Exploração Realizado de 01-04-2017 a 30-06-2017	Taxa Execução 2º Trimestre	Orçamento de Exploração Semestral	RESULTADO EXPLORAÇÃO SEMESTRAL	Taxa de Execução Semestral	Desvios Semestrais	
		JAN-AGOST	SET-DEZ	TOTAL									em valor (9=8-7)	em % (10=9/7)
61	Custo das mercad. vendida e das mat. cons.	5 364,00 €	3 682,00 €	9 046,00 €	3 805,77 €	189%	2 011,50 €	2 596,02 €	129%	4 023,00 €	6 401,79 €	159%	2 378,79 €	59,13%
	Mercadorias	5 364,00 €	3 682,00 €	9 046,00 €	3 805,77 €	189%	2 011,50 €	2 596,02 €	129%	4 023,00 €	6 401,79 €	159%	2 378,79 €	59,13%
62	Fornecimento e serviços externos	407 440,00 €	231 935,00 €	638 975,00 €	174 194,33 €	114%	152 790,00 €	147 732,96 €	97%	312 780,00 €	182 621,54 €	58%	- 133 158,46 €	-42,17%
622	Serviços especializados	119 100,00 €	66 100,00 €	185 200,00 €	42 339,11 €	95%	44 662,50 €	41 538,78 €	93%	89 325,00 €	83 877,89 €	94%	- 5 447,11 €	-6,10%
	Trabalhos especializados	17 000,00 €	9 000,00 €	26 000,00 €	15 635,76 €	245%	6 375,00 €	3 934,59 €	62%	12 750,00 €	19 570,35 €	153%	6 820,35 €	53,49%
	Publicidade e propaganda	4 400,00 €	2 200,00 €	6 600,00 €	1 942,45 €	118%	1 650,00 €	7 314,09 €	448%	3 300,00 €	9 256,54 €	281%	5 956,54 €	180,50%
	Vigilância e segurança	960,00 €	480,00 €	1 440,00 €	200,00 €	56%	360,00 €	300,00 €	83%	720,00 €	500,00 €	69%	- 220,00 €	-30,56%
	Honorários	91 000,00 €	51 000,00 €	143 000,00 €	23 942,13 €	70%	34 125,00 €	29 415,45 €	86%	68 250,00 €	53 357,58 €	78%	- 14 892,42 €	-21,82%
	Conservação e reparação	3 000,00 €	1 000,00 €	4 000,00 €	1 135,57 €	11%	1 125,00 €	375,42 €	33%	2 250,00 €	494,99 €	22%	- 1 755,01 €	-78,00%
	Serviços bancários	440,00 €	220,00 €	660,00 €	495,20 €	303%	165,00 €	199,23 €	121%	330,00 €	698,43 €	212%	368,43 €	111,65%
	Outros	2 300,00 €	1 200,00 €	3 500,00 €	862,50 €	0%	862,50 €	- €	0%	1 725,00 €	- €	0%	- 1 725,00 €	-100,00%
623	Materiais	16 600,00 €	9 950,00 €	26 550,00 €	6 611,43 €	106%	6 225,00 €	2 940,79 €	47%	12 450,00 €	9 552,22 €	77%	- 2 897,78 €	-23,28%
	Feramentas utens. desg. rápido	500,00 €	300,00 €	800,00 €	31,94 €	17%	187,50 €	1 161 €	6%	375,00 €	31,94 €	9%	- 343,06 €	-91,48%
	Livros e documentação técnica	100,00 €	50,00 €	150,00 €	37,50 €	101%	37,50 €	37,50 €	354%	75,00 €	170,65 €	228%	95,65 €	127,53%
	Material escritório	7 500,00 €	4 300,00 €	11 800,00 €	2 691,46 €	96%	2 812,50 €	1 218,92 €	43%	5 625,00 €	3 910,38 €	70%	- 1 714,62 €	-30,48%
	Material pedagógico	8 500,00 €	5 300,00 €	13 800,00 €	3 850,13 €	121%	3 187,50 €	1 577,51 €	49%	6 375,00 €	5 427,64 €	85%	- 947,36 €	-14,86%
624	Energia e fluidos	2 900,00 €	1 550,00 €	4 450,00 €	441,23 €	41%	1 087,50 €	1 172,47 €	108%	2 175,00 €	1 613,70 €	74%	- 561,30 €	-25,81%
	Combustíveis	1 900,00 €	950,00 €	2 850,00 €	405,65 €	57%	712,50 €	589,57 €	83%	1 425,00 €	995,22 €	70%	- 429,78 €	-30,16%
	Outros fluidos	1 000,00 €	600,00 €	1 600,00 €	35,58 €	9%	375,00 €	582,90 €	155%	750,00 €	618,48 €	82%	- 131,52 €	-17,54%
625	Deslocações, estadas e transportes	99 230,00 €	63 180,00 €	162 410,00 €	37 211,25 €	104%	37 125,00 €	37 879,00 €	102%	74 422,50 €	76 669,50 €	103%	2 147,00 €	2,88%
	Deslocações - formandos	99 000,00 €	63 000,00 €	162 000,00 €	38 671,60 €	104%	37 125,00 €	37 697,00 €	102%	74 250,00 €	76 868,60 €	103%	2 118,60 €	2,85%
	Deslocações, estadas e portagens	230,00 €	180,00 €	410,00 €	18,90 €	22%	86,25 €	182,40 €	211%	172,50 €	200,90 €	116%	16,40 €	9,52%
626	Serviços diversos	13 750,00 €	5 775,00 €	19 525,00 €	7 383,09 €	148%	5 156,25 €	3 625,14 €	70%	10 312,50 €	11 008,23 €	107%	695,73 €	6,75%
	Renditas e alugueres	1 600,00 €	1 100,00 €	2 700,00 €	74,00 €	12%	600,00 €	112,73 €	19%	1 200,00 €	186,73 €	16%	- 1 013,27 €	-84,44%
	Comunicação	3 200,00 €	1 600,00 €	4 800,00 €	1 685,58 €	141%	1 200,00 €	2 237,80 €	186%	2 400,00 €	3 926,38 €	164%	1 526,38 €	63,60%
	Seguros	3 000,00 €	500,00 €	3 500,00 €	1 276,58 €	113%	1 125,00 €	469,55 €	42%	2 250,00 €	1 746,13 €	78%	- 503,87 €	-22,39%
	Despesas processuais e contenciosas	1 200,00 €	200,00 €	1 400,00 €	3 493,00 €	778%	450,00 €	51,00 €	11%	900,00 €	3 544,00 €	394%	2 644,00 €	293,78%
	Material limpeza, conservação e reparação	4 750,00 €	2 375,00 €	7 125,00 €	850,95 €	48%	1 781,25 €	754,06 €	42%	3 562,50 €	1 604,99 €	45%	- 1 957,51 €	-54,95%
	Serviços Diversos com Formandos	158 860,00 €	84 980,00 €	243 840,00 €	78 728,97 €	135%	58 447,50 €	60 576,78 €	104%	127 095,00 €	139 305,75 €	110%	12 210,75 €	9,61%
	Despesas c/ outros atividades	800,00 €	400,00 €	1 200,00 €	183,05 €	61%	300,00 €	281,21 €	94%	600,00 €	464,26 €	77%	- 135,74 €	-22,62%
	Bolsa de Material de Estudo - Formandos	11 800,00 €	6 500,00 €	18 300,00 €	13 284,50 €	73%	- €	- €	0%	18 300,00 €	13 284,50 €	73%	- 5 015,50 €	-27,41%
	Bolsa Profissionalização - Formandos	10 260,00 €	6 300,00 €	16 890,00 €	- €	0%	16 890,00 €	- €	0%	8 445,00 €	- €	0%	- 8 445,00 €	-100,00%
	Alimentação - Formandos	131 300,00 €	70 150,00 €	201 450,00 €	64 442,30 €	131%	49 237,50 €	58 721,04 €	119%	98 475,00 €	123 163,34 €	125%	24 688,34 €	25,07%
	Outras despesas com formandos	900,00 €	600,00 €	1 500,00 €	337,50 €	186%	337,50 €	1 094,92 €	324%	675,00 €	1 721,92 €	255%	1 046,92 €	155,10%
	Outros diversos	800,00 €	700,00 €	1 500,00 €	193,12 €	64%	300,00 €	479,61 €	168%	600,00 €	671,73 €	112%	71,73 €	11,96%
63	GASTOS COM O PESSOAL	548 371,00 €	271 779,00 €	815 150,00 €	203 764,13 €	89%	203 764,13 €	222 504,23 €	109%	407 528,25 €	403 885,18 €	99%	- 3 643,07 €	-0,89%
	Remunerações e gastos gerais (entro de custos)	440 395,00 €	220 372,00 €	660 767,00 €	165 148,13 €	90%	165 148,13 €	182 235,41 €	110%	330 296,25 €	331 298,07 €	100%	1 001,82 €	0,30%
	Encargos sobre remunerações	99 200,00 €	49 600,00 €	148 800,00 €	30 315,69 €	81%	37 200,00 €	39 270,12 €	106%	74 400,00 €	69 385,81 €	94%	- 4 814,19 €	-6,47%
	Seguros de acidentes no trabalho e doença	3 776,00 €	1 877,00 €	5 583,00 €	2 003,30 €	141%	1 416,00 €	999,00 €	71%	2 832,00 €	3 001,30 €	106%	169,30 €	5,98%
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	8 870,00 €	4 390,00 €	13 260,00 €	- €	0%	3 326,25 €	5 667,69 €	170%	6 652,50 €	5 667,69 €	85%	- 984,81 €	-14,80%
	Ativos fixos tangíveis e intangíveis	8 870,00 €	4 390,00 €	13 260,00 €	- €	0%	3 326,25 €	5 667,69 €	170%	6 652,50 €	5 667,69 €	85%	- 984,81 €	-14,80%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	1 800,00 €	850,00 €	2 650,00 €	3 197,71 €	478%	675,00 €	1 702,06 €	252%	1 350,00 €	4 899,77 €	363%	3 549,77 €	262,95%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1 160,00 €	580,00 €	1 740,00 €	727,73 €	167%	435,00 €	252,89 €	58%	870,00 €	980,62 €	113%	110,62 €	12,71%


 [Handwritten Signature]
 [Handwritten Initials]

Execução Orçamental Trimestral e Semestral (Julho a Dezembro)

Classif	Descrição	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2017			Resultado de Exploração Realizado de 01-07-2017 a 30-09-2017	Taxa Execução 3º Trimestre	Orçamento Exploração 4º Trimestre	Resultado de Exploração Realizado de 01-10-2017 a 31-12-2017	Taxa Execução 4º Trimestre	Orçamento de Exploração Semestral	RESULTADO EXPLORAÇÃO SEMESTRAL	Taxa de Execução Semestral	Desvios Semestrais	
		Gastos Previsionais		TOTAL									em valor	em %
		JAN-AGOST	SET-DEZ											
61	Custo das mercad. vendida e das mat. cons.	5 364,00 €	3 682,00 €	9 046,00 €	2 011,50 €	38%	2 011,50 €	2 448,35 €	4 023,00 €	2 695,10 €	67%	- 1 327,90 €	- 33,01%	
	Mercadorias	5 364,00 €	3 682,00 €	9 046,00 €	2 011,50 €	38%	2 011,50 €	2 448,35 €	4 023,00 €	2 695,10 €	67%	- 1 327,90 €	- 33,01%	
62	Fornecimento e serviços externos	407 440,00 €	231 535,00 €	638 975,00 €	152 790,00 €	42%	152 790,00 €	175 252,99 €	315 780,00 €	239 435,14 €	76%	- 76 344,86 €	- 24,18%	
	622 Serviços especializados	119 100,00 €	66 100,00 €	185 200,00 €	44 662,50 €	34%	44 662,50 €	53 388,06 €	89 325,00 €	68 683,86 €	77%	- 20 641,14 €	- 23,11%	
	Trabalhos especializados	17 000,00 €	9 000,00 €	26 000,00 €	6 375,00 €	64%	6 375,00 €	4 074,09 €	12 750,00 €	20 459,37 €	160%	- 7 693,37 €	60,47%	
	Publicidade e propaganda	4 000,00 €	2 200,00 €	6 600,00 €	1 650,00 €	22%	1 650,00 €	-	3 800,00 €	356,70 €	11%	- 2 943,30 €	- 89,19%	
	Vigilância e segurança	960,00 €	480,00 €	1 440,00 €	360,00 €	83%	360,00 €	972,57 €	720,00 €	1 272,57 €	177%	552,57 €	76,75%	
	Honorários	91 000,00 €	52 000,00 €	143 000,00 €	34 125,00 €	31%	34 125,00 €	10 502,87 €	68 250,00 €	44 876,44 €	66%	- 23 373,56 €	- 34,25%	
	Conservação e reparação	3 000,00 €	1 000,00 €	4 000,00 €	1 125,00 €	2%	1 125,00 €	1 320,36 €	2 250,00 €	1 388,81 €	60%	- 911,19 €	- 40,50%	
	Serviços bancários	440,00 €	220,00 €	660,00 €	165,00 €	26%	165,00 €	336,28 €	330,00 €	379,97 €	115%	49,97 €	15,14%	
	Outros	2 300,00 €	1 200,00 €	3 500,00 €	862,50 €	0%	862,50 €	-	1 725,00 €	-	0%	- 1 725,00 €	- 100,00%	
623	Materiais	16 600,00 €	9 950,00 €	26 550,00 €	6 225,00 €	49%	6 225,00 €	4 554,56 €	12 450,00 €	7 578,71 €	61%	- 4 871,29 €	- 39,13%	
	Ferramentas utens. desg. rápido	500,00 €	300,00 €	800,00 €	187,50 €	0%	187,50 €	-	375,00 €	-	0%	- 375,00 €	- 100,00%	
	Livros e documentação técnica	100,00 €	50,00 €	150,00 €	37,50 €	0%	37,50 €	-	75,00 €	-	0%	- 75,00 €	- 100,00%	
	Material escritório	7 500,00 €	4 300,00 €	11 800,00 €	2 812,50 €	61%	2 812,50 €	1 054,41 €	5 625,00 €	2 761,95 €	49%	- 2 863,05 €	- 50,90%	
	Material pedagógico	8 500,00 €	5 300,00 €	13 800,00 €	3 187,50 €	41%	3 187,50 €	3 500,15 €	6 375,00 €	4 816,76 €	76%	- 1 558,24 €	- 24,44%	
624	Energia e fluidos	2 900,00 €	1 550,00 €	4 450,00 €	1 087,50 €	48%	1 087,50 €	556,22 €	2 175,00 €	1 083,61 €	50%	- 1 091,39 €	- 50,18%	
	Combustíveis	1 900,00 €	950,00 €	2 850,00 €	712,50 €	39%	712,50 €	333,72 €	1 425,00 €	614,77 €	43%	- 810,23 €	- 56,86%	
	Água e outros fluidos	1 000,00 €	600,00 €	1 600,00 €	375,00 €	66%	375,00 €	222,50 €	750,00 €	468,84 €	63%	- 281,16 €	- 37,49%	
625	Deslocações, estadas e transportes	99 000,00 €	63 180,00 €	162 410,00 €	37 211,25 €	38%	37 211,25 €	33 740,71 €	74 422,50 €	47 845,48 €	64%	- 26 577,02 €	- 35,71%	
	Deslocações - formandos	99 000,00 €	63 000,00 €	162 000,00 €	37 125,00 €	38%	37 125,00 €	33 607,51 €	74 250,00 €	47 712,28 €	64%	- 26 537,72 €	- 35,74%	
	Deslocações, estadas e portagens	230,00 €	180,00 €	410,00 €	86,25 €	0%	86,25 €	133,20 €	172,50 €	133,20 €	77%	- 39,30 €	- 22,78%	
626	Serviços diversos	13 750,00 €	5 775,00 €	19 525,00 €	5 156,25 €	53%	5 156,25 €	5 090,07 €	10 312,50 €	7 823,66 €	76%	- 2 488,84 €	- 24,13%	
	Renditas e alugueres	1 600,00 €	1 100,00 €	2 700,00 €	600,00 €	12%	600,00 €	813,78 €	1 300,00 €	883,79 €	74%	- 316,21 €	- 26,35%	
	Comunicação	3 200,00 €	1 600,00 €	4 800,00 €	1 200,00 €	162%	1 200,00 €	2 623,48 €	2 400,00 €	4 570,63 €	190%	2 170,63 €	90,44%	
	Seguros	3 000,00 €	500,00 €	3 500,00 €	1 125,00 €	28%	1 125,00 €	310,66 €	2 250,00 €	627,90 €	28%	- 1 622,10 €	- 72,09%	
	Despesas processuais e contencioso	1 200,00 €	200,00 €	1 400,00 €	450,00 €	46%	450,00 €	5,38 €	900,00 €	212,85 €	24%	- 687,35 €	- 76,37%	
	Material Limpeza, conservação e reparação	4 750,00 €	2 375,00 €	7 125,00 €	1 781,25 €	11%	1 781,25 €	1 336,77 €	3 562,50 €	1 528,69 €	43%	- 2 033,81 €	- 57,09%	
	Serviços Diversos com Formandos	155 860,00 €	84 980,00 €	240 840,00 €	58 447,50 €	49%	58 447,50 €	77 923,37 €	127 095,00 €	106 419,82 €	84%	- 34 675,18 €	- 16,27%	
	Despesas c/outras atividades	800,00 €	400,00 €	1 200,00 €	300,00 €	72%	300,00 €	301,00 €	600,00 €	517,94 €	86%	- 82,06 €	- 13,68%	
	Bolsa de Material de Estudo - Formandos	11 800,00 €	6 500,00 €	18 300,00 €	18 300,00 €	0%	-	13 638,50 €	18 300,00 €	19 638,50 €	75%	- 4 661,50 €	- 25,47%	
	Bolsa Profissionalizante - Formandos	10 260,00 €	6 630,00 €	16 890,00 €	0,00 €	0%	-	5 980,43 €	8 445,00 €	14 811,56 €	175%	6 366,56 €	75,39%	
	Alimentação - Formandos	131 300,00 €	70 150,00 €	201 450,00 €	49 237,50 €	38%	49 237,50 €	57 145,41 €	98 475,00 €	75 702,83 €	77%	- 22 772,17 €	- 23,12%	
	Outras despesas com formandos	900,00 €	600,00 €	1 500,00 €	337,50 €	147%	337,50 €	488,39 €	675,00 €	985,50 €	146%	310,50 €	46,00%	
	Outros diversos	800,00 €	700,00 €	1 500,00 €	300,00 €	131%	300,00 €	369,64 €	600,00 €	763,49 €	127%	163,49 €	27,25%	
63	GASTOS COM O PESSOAL	543 371,00 €	271 779,00 €	815 150,00 €	203 764,43 €	60%	203 764,43 €	198 213,25 €	407 238,25 €	372 821,10 €	91%	- 34 707,15 €	- 8,52%	
	Remunerações e gastos gerais (centro de custos)	440 395,00 €	220 372,00 €	660 767,00 €	165 148,13 €	62%	165 148,13 €	162 753,36 €	330 296,25 €	306 720,23 €	93%	- 23 576,02 €	- 7,14%	
	Encargos sobre remunerações	99 200,00 €	49 600,00 €	148 800,00 €	37 200,00 €	55%	37 200,00 €	35 457,89 €	74 400,00 €	65 101,87 €	88%	- 9 298,13 €	- 12,50%	
	Seguros de acidentes no trabalho e doença	3 776,00 €	1 807,00 €	5 583,00 €	1 416,00 €	71%	1 416,00 €	-	2 832,00 €	999,00 €	35%	- 1 833,00 €	- 64,72%	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	8 870,00 €	4 390,00 €	13 260,00 €	3 326,25 €	0%	-	-	6 652,50 €	14 407,14 €	217%	7 754,64 €	116,57%	
	Ativos fixos tangíveis e intangíveis	8 870,00 €	4 390,00 €	13 260,00 €	3 326,25 €	0%	-	-	6 652,50 €	14 407,14 €	217%	7 754,64 €	116,57%	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	1 800,00 €	585,00 €	2 385,00 €	675,00 €	22%	675,00 €	347,34 €	1 350,00 €	498,35 €	37%	- 851,65 €	- 63,09%	
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1 160,00 €	580,00 €	1 740,00 €	435,00 €	507%	435,00 €	1 445,54 €	870,00 €	3 649,04 €	419%	2 779,04 €	319,43%	

Escala Profissional

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, EM
NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL
31-dez-17

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez-17	dez-16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital subscrito.....	1	376.000,00	376.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas Legais		3.715,17	3.627,56
Outras reservas			
Resultados transitados.....	3,2,6/10	(199.355,33)	(136.827,53)
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações no capital próprio.....			
		180.359,84	242.800,03
Resultado líquido do período.....		(102.968,47)	1.752,12
Interesses que não controlam.....			
Total do capital próprio		77.391,37	244.552,15
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	3.2.7		62.802,53
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras dívidas a pagar.....			
			62.802,53
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	12	116.672,08	118.000,08
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....	14	41.009,74	30.272,67
Financiamentos obtidos.....	12	373.000,00	240.000,00
Outras dívidas a pagar.....	12	275.297,50	113.606,07
Diferimentos.....	13	2.949.278,02	2.668.358,11
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		3.755.257,34	3.170.236,93
Total do passivo		3.755.257,34	3.233.039,46
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.832.648,71	3.477.591,61

Página 2 de 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERENCIA



*Felisberto dos
Santos Moura*

Amélie Carvalho

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, EM
NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL
31-dez-17

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez-17	dez-16
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	7	367.108,94	52.282,78
Propriedades de investimento.....			
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....	6	3.245,14	3.966,47
Activos biológicos.....			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....			
Outros investimentos financeiros.....	8	208,50	55,16
Créditos a receber			
Activos por impostos diferidos.....			
		370.562,58	56.304,41
Activo corrente:			
Inventários.....	9	775,66	761,14
Activos biológicos.....			
Clientes.....		1.138,00	
Estado e outros entes públicos.....	14	1.881,37	3.170,24
Capital subscrito e não realizado.....			
Outros créditos a receber.....	12	3.447.164,08	3.410.458,91
Diferimentos.....	13	6.288,11	3.901,21
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....	5	4.838,91	2.995,70
		3.462.086,13	3.421.287,20
Total do Activo		3.832.648,71	3.477.591,61

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Para Assente do site Young

A GERENCIA

Amêlo Carvalho

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31-dez-17

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....			
Subsídios à exploração.....	10	1.257.455,12	1.442.945,36
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	9	(9.096,89)	(8.759,61)
Fornecimentos e serviços externos.....	15	(561.287,54)	(549.401,81)
Gastos com o pessoal.....	16	(776.711,71)	(876.619,94)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....	18		(12.802,53)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos	19	17.517,29	25.307,16
Outros gastos	20	(5.398,12)	(2.566,90)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(77.521,85)	18.101,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	17	(20.074,83)	(12.535,10)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(97.596,68)	5.566,63
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	21	(4.629,66)	(2.813,64)
Resultado antes de impostos		(102.226,34)	2.752,99
Imposto sobre o rendimento do período.....	11	(742,13)	(1.000,87)
Resultado líquido do período		(102.968,47)	1.752,12

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERENCIA

192447343

22398

nome

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

31-dez-17

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS		NOTAS	Períodos	
			31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes		+	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-	-427.209,32	-349.748,07
Pagamentos ao pessoal		-	-429.590,72	-461.369,51
Caixa gerada pelas operações		+/-	-856.800,04	-811.117,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-491,00	-3.768,69
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	836.832,72	679.703,10
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	-20.458,32	-135.183,17
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	-205.865,47	-17.008,01
Activos intangíveis		-		-4.327,14
Investimentos financeiros		-	-253,34	-5,16
Outros activos		-		
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+		
Activos intangíveis Investimentos financeiros		+		
Outros activos		+	50,00	
Subsídios ao investimento		+		
Juros e rendimentos similares		+		
Dividendos		+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	-206.068,81	-21.340,31
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+	827.000,00	721.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+		
Cobertura de prejuízos		+		
Doações		+		
Outras operações de Financiamento		+		
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	-594.000,00	-563.000,00
Juros e gastos similares		-	-4.629,66	-2.813,64
Dividendos		-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-		
Outras operações de financiamento		-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		228.370,34	155.186,36
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		1.843,21	-1.337,12
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	2.995,70	4.332,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	4.838,91	2.995,70

NIF: 504 575 848

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERENCIA

192447343

22398

Isabelina
2017

Amélia Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 31/12/2017

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	376.000,00				3.627,56		-136.827,53				1.752,12	244.552,15		244.552,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização						87,61		-62.527,80				-1.752,12	-64.192,31		-64.192,31
Excedentes de revalorização						87,61		-62.527,80			0,00	-1.752,12	-64.192,31		-64.192,31
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											-102.968,47	-102.968,47		-102.968,47
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											-104.720,59	-167.160,78		-167.160,78
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Subscrição de capital															
Subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	6+7+8+10	376.000,00				3.715,17		-199.355,33				-102.968,47	77.391,37		77.391,37

O Contabilista Certificado

192447343

22398

Manz Elisabete
Di site trouva

NIF/ Matrícula
504 575 848

A Gerência

Amélia Carvalho

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Escola Profissional
de Felgueiras

B

ANEXO

REFERENTE AO PERIODO DE 2017



NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173.

A leitura deste documento é complementar às seguintes peças contabilísticas anexas a este documento:

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Mapa das alterações de Capital Próprio
4. Fluxos de Caixa

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EPF – Ensino Profissional Felgueiras, EM é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-165 Felgueiras, e tem como actividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo D.L. n.º 92/2014, de 20 de Junho.

O capital social é representado por 2 quotas, uma com valor nominal de 372.240,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823, e outra quota no valor nominal de 3.760,00 Euros pertencente a Srª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, nif 186 822 162. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções considerando-se que as mesmas reflectem todas as questões materialmente relevantes do decurso da actividade da empresa.

3.1.5. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. No exercício em análise e por força da mudança das instalações da Escola, registou a rubrica de Activos tangíveis um acréscimo acentuado, fruto a instalação de novas salas de aula.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método “da linha recta”, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 Setembro de 2009.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

As taxas de amortização utilizadas, foram as previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 Setembro de 2009.

3.2.2.– ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa, corrigido de acordo com o quadro 07 da MOD 22 e englobando respectivas tributações autónomas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;



- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
 - Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem; Especificamente nesta empresa, os subsídios recebidos pelo POCH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação directa de custos quando os mesmos são directamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da empresa.

O ano lectivo 2016/2017, foi marcado pela transferência da gestão de subsídios do POPH para o POCH o que provocou alguns constrangimentos, tanto nas aprovações como nas transferências de fundos. Os cursos vocacionais passaram também a ser geridos pelo POCH sendo que todas estas alterações provocaram atraso na aprovação financeira dos referidos cursos; Quanto aos cursos vocacionais e pelo facto dos mesmos passarem a ser geridos pelo POCH, alteraram as regras de apoio/financiamento passando estes a ter regras semelhantes aos profissionais.

Relativamente ao modelo de financiamento dos cursos geridos pelo POCH, os fundos eram transferidos da seguinte forma: 85% pelo FSE (fundo social europeu) e 15% pelo CPN (comparticipação pública nacional), em consonância com o estabelecido no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de Setembro em conjugação com o Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007 de 10 de Dezembro e Portaria 60-C/2015 de 2 de Março. O Despacho nº 21257/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social conferiu as escolas profissionais que tinham participações municipais um regime de exceção, que garantia que a comparticipação pública nacional de 15% dos fundos fosse assumida através do Orçamento da Segurança Social. Durante o ano em análise (2017) e em face do questionamento relativamente às verbas transferidas, foi a escola informada que o regime de exceção conferido pelo despacho nº 21257/2008 tinha terminado, pelo que os cursos do triénio 2016/2019, seriam financiados nos 15% pelas entidades detentoras da referida escola uma vez faziam parte do setor público empresarial. Em face desta nova dinâmica, tem a escola em conjugação com o município, encetado todos os esforços no sentido de junto das entidades competentes alertar para a necessidade de alterar a lei de financiamento, conferindo eventualmente novo regime de exceção. Em resultado desta situação e visto que a situação não foi prevista relativamente a 2017, a escola viu-se privada de 15% dos valores atribuídos nas aprovações dos cursos ministrados, tendo afetado de forma drástica os resultados financeiros da empresa, bem como a sua tesouraria.

Ressalva ainda que em face deste corte referir-se ao triénio de 2016/2019, teve a escola ainda de efetuar as devidas correções financeiras relativamente às contas apresentadas em 2016.

3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Não foi constituída qualquer provisão, nomeadamente provisões para processos judiciais em curso, uma vez que não existe qualquer processo, de acordo com informação disponibilizada pela gerência e respectiva circularização com o advogado.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos

3.2.9. – CLIENTES E DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

3.2.10. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

3.2.11. – OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.2.12. – JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, sendo preparado e apresentado as demonstrações financeiras do exercício findo, sob a óptica do princípio da continuidade.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.2.13. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*“adjusting events”*) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*“non adjusting events”*) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.14. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2017 não foram efectuados quaisquer correcções de erros ou de estimativas.

NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerário	556,70	741,99
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.282,21	2.253,71
Aplicações de tesouraria		
	<u>4.838,91</u>	<u>2.995,70</u>

NOTA 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	<u>31/12/2017</u>					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activo Bruto						
Saldo inicial						
Ajustamentos de conversão					4.327,14	4.327,14
Aquisições						
Alienações						
Saldo final					4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial						
Ajustamentos de conversão					1.082,00	1.082,00
Amortizações do exercício					1.082,00	1.082,00
Saldo final					1.082,00	1.082,00
Activos líquidos					3.245,14	3.245,14

	<u>31/12/2016</u>					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activo Bruto						
Saldo inicial						
Ajustamentos de conversão					4.327,14	4.327,14
Aquisições						
Alienações						
Saldo final					4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial						
Ajustamentos de conversão					360,67	360,67
Amortizações do exercício					360,67	360,67
Saldo final					360,67	360,67
Activos líquidos					3.966,47	3.966,47

NOTA 7. ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31/12/2017								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.034,98	701.375,03	62.785,15		68.368,73	94.247,43		1.037.811,32
Aquisições		328.619,10	2.037,72			628,04	3.009,66		334.294,52
Alienações			3.285,15			9.162,12	184,96		12.632,23
Saldo final		439.654,08	700.127,60	62.785,15		59.834,65	97.072,13		1.359.473,61
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		92.183,64	683.026,03	61.861,60		63.459,17	84.998,10		985.528,54
Depreciações do exercício		11.539,69	4.149,35	144,87		926,62	2.592,97		19.353,50
Regularizações			3.170,29			9.162,12	184,96		12.517,37
Saldo final		103.723,33	684.005,09	62.006,47		55.223,67	87.406,11		992.364,67
Activos líquidos		335.930,75	16.122,51	778,68		4.610,98	9.666,02		367.108,94
	31/12/2016								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.034,98	689.190,98	62.785,15		67.106,41	88.058,25		1.018.175,77
Aquisições			12.184,05			1.262,32	6.189,18		19.635,55
Saldo final		111.034,98	701.375,03	62.785,15		68.368,73	94.247,43		1.037.811,32
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		88.860,94	676.594,21	61.716,73		62.920,25	83.261,98		973.354,11
Depreciações do exercício		3.322,70	6.431,82	144,87		538,92	1.736,12		12.174,43
Regularizações									
Saldo final		92.183,64	683.026,03	61.861,60		63.459,17	84.998,10		985.528,54
Activos líquidos		18.851,34	18.349,00	923,55		4.909,56	9.249,33		52.282,78

NOTA 8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

	31/12/2017						
	Invest Subsidiarias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				50,00	5,16		55,16

Aquisições		203,34	203,34
Alienações	50,00		50,00
Transferências e abates			
Saldo final	0,00	208,50	208,50

31/12/2016

	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				50,00			50,00
Aquisições					5,16		5,16
Alienações							
Saldo final				50,00	5,16		55,16

NOTA 9. INVENTARIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	775,66		775,66	761,14		761,4
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Outras regularizações						
	775,66		775,66	761,14		761,14

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é detalhado conforme segue:

	31/12/2017		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	761,14		761,14
Compras	9.205,35		9.205,35
Regularizações	-93,94		-93,94
Saldo final	775,66		775,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.096,89		9.096,89

	31/12/2016		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	384,54		384,54
Compras	9.238,06		9.238,06
Regularizações	-101,85		-101,85
Saldo final	761,14		761,14
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8.759,61		8.759,61

NOTA 10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de Dezembro de 2017 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Subsídio	31/12/2017					
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2016/2019	2.863.535,18	1.081.779,95	1.553.679,43	1.006.041,50	177.536,74	1.343.024,02
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2017/2020	1.532.455,00	0,00	1.509.646,24	129.249,62	22.808,76	1.380.396,61
Cursos Vocacionais 2015/2016	174.489,06	113.417,89	51.768,52	0,00	0,00	0,00
Cursos Vocacionais 2016/2017	121.376,47	0,00	94.710,67	55.726,60	9.834,11	0,00
CEF 2017/2019	160.562,48	0,00	157.411,30	17.856,70	3.151,18	139.554,60
CQEP/Centro Qualifica	188.615,67	64.111,62	109.157,12	48.580,70	8.573,06	86.302,79
	<u>5.041.033,86</u>	<u>1.259.309,46</u>	<u>3.476.373,28</u>	<u>1.257.455,12</u>	<u>221.903,85</u>	<u>2.949.278,02</u>

Relativamente aos Cursos findos em Agosto 2017, não foi executado nos Cursos Vocacionais 2016/2017, o valor de 9.953,21€.

Em 31 de Dezembro de 2016 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Subsídio	31/12/2016				
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais 2015/2016	913.435,87	1.090.520,52	319.039,58	894.141,19	0,00
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2016/2019	2.863.535,18	0,00	2.863.535,16	336.933,08	2.526.602,26
Cursos Vocacionais 2015/2016	174.489,06	113.417,89	51.768,52	120.849,41	0,00
Cursos Vocacionais 2016/2017	134.144,26	0,00	134.144,26	45.862,55	88.281,71
CQEP	98.633,27	64.111,62	34.521,65	45.159,13	53.474,14
	<u>4.184.237,64</u>	<u>1.268.050,03</u>	<u>3.403.009,19</u>	<u>1.442.945,36</u>	<u>2.668.358,11</u>

Relativamente aos Cursos findos em Agosto 2016, não foi executado nos Cursos Profissionais o valor de 19.294,68€ e nos Cursos Vocacionais, não foi executado o valor de 9.302,65€.

Foram efetuadas correções relativamente ao rédito considerado em 2016, em virtude das alterações mencionadas no ponto 3.2.6, sendo transferido para Resultados Transitados o valor de 64.192,31€, referente ao corte de 15% (CPN) dos cursos do iniciados em 2016.

A distribuição desse valor por curso é o seguinte:

- 1.Cursos Profissionais 1.6: 15% 336.933,08 - 50.539,06;
- 2.Cursos Vocacionais 2016/2017: 15% 45.862,55 – 6.879,38
- 3.Cursos CQEP: 15% 45.159,13 – 6.773,87

NOTA 11. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21,00%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado antes de impostos	-102.226,34	2.752,99
Correções relativas a períodos anteriores	1.411,76	0,00
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimentos	912,30	150,00
Lucro tributável	<u>-99.902,28</u>	<u>2.902,99</u>
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	<u>0,00</u>	<u>609,63</u>
Imposto esperado		
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais		
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas		
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à colecta – tributação autónoma	742,13	371,17
Ajustamentos à colecta – derrama		20,07
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
Imposto sobre o rendimento do período	<u>742,13</u>	<u>1.000,87</u>
Taxa efectiva de imposto		
Imposto corrente	742,13	1.000,87
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
	<u>742,13</u>	<u>1.000,07</u>

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2014 a 2017 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

NOTA 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 são detalhadas conforme se segue:

	31/12/2017	31/12/2016
ACTIVOS FINANCEIROS		
Outros créditos a receber	3.447.164,08	3.410.458,91
Clientes	0,00	0,00
	3.447.164,08	3.410.458,91
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	116.672,08	118.000,08
Financiamentos Obtidos	373.000,00	240.000,00
Outras dívidas a pagar	275.297,50	113.606,07
	764.969,58	471.606,15

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua actividade, dos quais merecem destaque:

- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com actividade operacional da empresa;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência e o departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de crédito

O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de Dezembro de 2017, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em outros créditos a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários

(FSE/POPH) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional e dos Fundos Públicos (CPN) que durante o ano de 2017, foram cortadas e não compensadas por outras fontes de financiamento.

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Não vencido	67.689,12	45.106,32
Vencido:		
0-30 dias	7.294,34	41.567,59
30-90 dias	26.101,82	31.326,17
90-180 dias	522,78	
180-360 dias		
> 360 dias		
	<u>116.672,08</u>	<u>118.000,08</u>

NOTA 13. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2017	31/12/2016
Outros Gastos a Reconhecer	6.288,11	3.901,21
	<u>6.288,11</u>	<u>3.901,21</u>
DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2016	31/12/2016
Subsídios Cursos Profissionais	2.723.420,63	2.526.602,26
Subsídios Cursos Vocacionais	0,00	88.674,00
Subsídios Cursos CEF	139.554,60	
Subsídios CQEP (centro qualifica)	86.302,79	53.474,14
	<u>2.949.278,02</u>	<u>2.668.358,11</u>

NOTA 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2016		31/12/2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	491,00		1.170,24	
Pagamentos especiais por conta	1.390,37		2.000,00	
Estimativa de imposto IRC - reembolso		742,13		1.000,87
Retenção na fonte				
Retenções de imposto sobre rendimento				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		15.885,94		7.927,15
Sobretaxa		0,00		3.717,02
Imposto sobre o valor acrescentado		276,69		171,00
ADSE		1.250,54		477,06
				919,18

Contribuições para a Segurança Social	17.945,90	12.865,81
Caixa Geral Aposentações	4.908,54	3.193,77
	<u>1.881,37</u>	<u>3.170,24</u>
	<u>41.009,74</u>	<u>30.272,67</u>

NOTA 15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2016	31/12/2016	
Serviços Especializados	40.037,84	23.078,76	
Publicidade e Propaganda	9.613,24	3.000,19	
Vigilância e Segurança	1.772,57	1.200,00	
Honorários	98.234,02	111.782,08	
Conservação e Reparação	1.833,80	4.354,37	
Serviços Bancários	1.078,40	1.423,90	
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	31,94	245,07	
Livros e Documentação Técnica	170,65	0,00	
Material Escritório	6.672,33	9.940,08	
Ofertas	24,61	114,76	
Materia Pedagógico	10.231,40	14.503,57	
Material limpeza, higiene e conforto	1.921,63	0,00	
Material conservação e reparação	1.212,5	0,00	
Combustíveis	1.609,99	1.353,09	
Água	1.045,99	1.845,67	
Outros fluidos	41,33	0,00	
Deslocações e Estadas	124.414,98	131.879,02	
	Desl. Formados	124.080,88	130.597,56
	Aloj. Formandos	0,00	0,00
	Outras	334,10	1.281,46
Rendas e Alugueres	1.070,52	233,60	
Despesas Postais	380,18	708,18	
Telefone/Internet	8.116,83	6.527,18	
Seguros	2.291,02	2.260,44	
	Viaturas	725,99	725,99
	Outros	1.565,03	1.534,45
Contencioso e Notariado	3.756,65	1.997,12	
Despesas Representação	97,50	511,45	
Limpeza, Higiene e Conforto	0,00	2.162,40	
Outros Serviços	245.628,07	230.280,88	
	Imprensa/Revistas	75,02	39,47
	Desp c/ out Activ.	932,19	519,23
	Bolsas	41.734,56	16.120,19
	Aliment. Formandos	198.866,17	210.101,62

Out. Desp. c/Formandos	2.707,42	1.590,84
Portagens e Estacionamento	191,30	148,75
Diversos	1.125,41	1.760,78
TOTAL FSE	561.287,54	549.401,81



NOTA 16. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	43.880,57	43.721,68
Remunerações do Pessoal	582.402,72	644.264,43
Indemnizações	10.835,03	23.544,88
Encargos sobre Remunerações	134.687,68	153.190,09
Seguros Acidentes Trabalho	4.000,30	5.283,57
Gastos Acção Social	765,41	1.062,16
Outros	140,00	5.553,13
TOTAL GASTOS PESSOAL	776.711,71	876.619,94

O Revisor Oficial de Contas facturou a título exclusivo de serviços de fiabilidade o montante de 4.920,00€ relativos ao ano de 2017, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço: 32

NOTA 17. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é conforme se segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	20.074,83	12.535,10
	<u>20.074,83</u>	<u>12.535,10</u>

NOTA 18. PROVISÕES/REVERSÕES

O detalhe da rubrica de “Provisões” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é conforme se segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisões processos judiciais em curso (Nota 3)	0,00	12.802,53
Reversões processos judiciais		
	<u>0,00</u>	<u>12.802,53</u>

NOTA 19. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é conforme se segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Rendimentos suplementares	16.006,25	14.760,53
Diferenças de câmbio		
Descontos de pronto pagamento		314,26
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	730,87	6.809,98
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	780,17	3.422,39
	<u>17.517,29</u>	<u>25.307,16</u>

NOTA 20. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é conforme se segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Impostos e taxas	988,79	873,79
Correcções relativas a períodos anteriores	1.411,76	
Perdas em inventários	45,00	
Donativos	200,00	
Quotizações	1.440,00	1.540,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	912,30	
Indemnizações contratuais		
Outros	400,27	153,11
	<u>5.398,12</u>	<u>2.566,90</u>

NOTA 21. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1.817,23	2.813,64
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos de financiamento	2.812,43	
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	<u>4.629,66</u>	<u>2.813,64</u>

NOTA 22. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A escola encontra-se neste momento, numa fase importante na sua vida, quer pelo questionamento acerca do seu modelo de financiamento, quer pela mudança de instalações e necessidade de intervenções nas infraestruturas da mesma.

O debate alargado destas questões e suas resoluções terão forte impacto no futuro da atividade da escola.

Felgueiras, 13 de Março de 2017

O Contabilista Certificado

A Gerência

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.832.649 euros e um total de capital próprio de 77.391 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 102.968 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo Interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da Informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo Interno;
- obtemos uma compreensão do controlo Interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo Interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo Interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da Informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2017



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n.º 622)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhámos a atividade da EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M., durante o exercício de dois mil e dezassete, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Gerência e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Realce para o investimento efetuado em ativos fixos tangíveis, acompanhado de um acréscimo de responsabilidades perante terceiros, face à aquisição de novas instalações para o exercício da atividade, conforme se detalha no relatório sobre a fiscalização efetuada por nós subscrito.

Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

O balanço reportado à data de 31 de dezembro de 2017 apresenta capital próprio no montante de 77.391 euros, valor inferior a metade do capital social. Nestas circunstâncias, atente-se ao disposto no artigo 171º, bem como ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que prevê deverem os sócios tomar as medidas julgadas convenientes, nomeadamente as previstas no n.º 3 do referido artigo.

Ainda neste enquadramento, nos termos do artigo 40º, n.º 2 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, deverão os detentores de capital realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação, com vista a equilibrar os resultados negativos verificados neste exercício.

Registe-se ainda que, fomos informados que o Município de Felgueiras irá proceder à transferência financeira, no cumprimento dessa disposição legal, relativa aos exercícios de 2013 e 2014, nos montantes de 147.194 euros e 14.396 euros, respetivamente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, damos nota que foi cumprida, pela Entidade, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2017, apresentados pela Gerência;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Gerência;
- c) Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 14 de março de 2018



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC nº622)

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade 132-3 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

À Gerência e aos sócios da

E.P.F. – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.

Assunto: Relatório sobre a fiscalização efetuada

Porto, 14 de março de 2017

1. Procedemos à revisão legal da Empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame, emitimos a respetiva certificação legal das contas nesta data.
2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
 - 2.1. Acompanhamento da gestão da Entidade, através da participação em reuniões havidas com a Gerência e outros responsáveis e da leitura de atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 2.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo.
 - 2.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 2.4. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;
 - c) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

- d) Análise das situações Justificativas do reconhecimento quer de perdas por imparidade em ativos quer de provisões;
 - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações;
 - f) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - g) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;
 - h) Apreciação da política de seguros de investimentos detidos, incluindo a atualização dos capitais seguros;
 - i) Verificação das principais variações patrimoniais (positivas e negativas) ocorridas no exercício quanto à sua natureza e conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.
3. Solicitámos à Gerência a Declaração do Órgão de Gestão a que se refere o parágrafo 20 das Normas Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
 4. Emitimos a certificação legal das contas que aqui se dá por integralmente reproduzida.
 5. Em consequência do exame efetuado, entendemos dever relatar o seguinte:

5.1. Tal como refere o relatório de gestão e o anexo, neste exercício, a comparticipação pública nacional que vinha sendo atribuída à EPF pela Segurança Social para financiamento de 15% dos projetos, passou a ser da responsabilidade dos detentores de capital.

O Município de Felgueiras não havia considerado tal responsabilidade no seu orçamento para 2017 o que impossibilitou a referida transferência financeira.

Nestas circunstâncias, as contas de exploração não incluem tais subsídios, apresentando um resultado líquido negativo de 102.968 euros.

A comparticipação que havia sido reconhecida em 2016 pela EPF e que não será também recebida, no montante de 64.192 euros, encontrava-se registada em "Outros créditos a receber". Este saldo foi anulado por contrapartida de "Resultados transitados".

Nestas condições, deverão os detentores de capital, nos termos do artigo 40º, nº 2 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação, com vista a equilibrar os resultados negativos do exercício.

5.2. As aquisições verificadas no exercício em "Ativos fixos tangíveis" resultam, essencialmente, do investimento em novas instalações (módulos pré-fabricados), para o exercício da sua atividade, no montante de 328.619 euros.

Tal como foi já por nós expresso na Informação sobre a situação económica e financeira reportada a 30 de junho de 2017, o investimento é o resultado de, em julho de 2017, a pedido do Município de Felgueiras, através do ofício DAF nº 208, com o objetivo de ampliar o edifício operacional do Corpo de Bombeiros, a Entidade ter aceito as condições aí propostas, a saber:

1 – A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM, devolve ao Município de Felgueiras a utilização do Lote 1, local onde se localizam as suas instalações, a partir do dia 1 de agosto de 2017;

2 – O Município de Felgueiras celebra com a EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM, contrato de arrendamento relativamente ao Lote 5 do mesmo loteamento n.º 2/01, com efeitos a partir da mesma data, através de uma adenda ao contrato de arrendamento que se encontrava em vigor;

3 – o valor da renda a pagar pela EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM não sofre alterações, mantendo-se igualmente inalteradas as demais cláusulas contratuais em vigor quanto ao Lote 1.

Da transferência do Lote 1 para o Lote 5, resultou a necessidade de um investimento em novas instalações (aquisição de módulos pré-fabricados) para o exercício da sua atividade.

5.3. O pagamento de tal investimento, que não havia sido previsto nem constava do orçamento de 2017, tem vindo a ser efetuado por recurso aos valores de subsídios do POCH, entretanto recebidos, e por utilização da conta corrente caucionada já existente na Caixa Geral de Depósitos.

Por adenda ao contrato de empréstimo, datada de 18 de agosto de 2017, o valor do plafond disponível aumentou de 250.000 euros para 650.000 euros, pelo período de 6 meses.

Não nos foi solicitada a emissão de parecer prévio quanto à referida adenda.

5.4. Tal como já referido por carta de 12 de março de 2015, as contas dos exercícios de 2013 e 2014, apresentaram resultados líquidos negativos, antes de impostos, de 147.194 euros e 14.396 euros, respetivamente, o que, como vimos, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei 50/2012, obriga à realização de uma transferência financeira, a cargo dos sócios, na proporção das respetivas participações sociais, com vista a equilibrar os resultados dos exercícios em causa, o que não se realizou.

5.5. Procedemos à circularização ao advogado "Leonel Costa". A resposta obtida, datada de 5 de fevereiro de 2018, apenas faz referência a uma ação de processo comum, movido pela ex-aluna Bruna Luísa Dias Pires (P253/15.0 TBFLG) contra a E.P.F., que se encontra extinta.

6. Cumpre-nos informar que apreciamos o relatório de gestão, o qual satisfaz os requisitos legais.

7. Desejamos agradecer à Gerência e a todo o pessoal da Empresa a boa colaboração que nos prestaram.

Com os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exas.
Atentamente



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n.º622)

